

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da Berkley International do Brasil Seguros S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer elaborado pelos Auditores Independentes. A Berkley International do Brasil Seguros S.A., é uma companhia de seguros de capital estrangeiro, tendo obtido aprovação da SUSEP para operar no País em Janeiro de 2006, com início efetivo das operações em Março do mesmo ano. A Berkley atua com ênfase para os pequenos e médios negócios, nos segmentos de seguro garantia; engenharia, onde já se consolida como uma das principais seguradoras nesse mercado e transportes, operação iniciada em 2010. A companhia apresentou incremento da receita de prêmios emitidos líquidos da ordem de 60% em comparação ao mesmo período do ano anterior, refletindo o bom desempenho das carteiras administradas pela empresa e o acerto das decisões estratégicas que vem sendo adotadas. Os sinistros retidos atingiram o bom desempenho de 27% sobre o prêmio ganho, considerando as linhas de negócios de atuação, 3% percentual acima do mesmo período de 2009, quando atuávamos apenas com os negócios de garantia e engenharia. Os ativos totais no valor de R\$ 130 milhões são 11% superiores comparados ao mesmo período do ano anterior, afetados, principalmente pela evolução das aplicações financeiras. A provisão de prêmios não ganhou atingiu o

montante de R\$ 53 milhões, portanto 20% superior a igual período de 2009. O total das provisões de sinistros a liquidar e IBNR foi de R\$ 14 milhões o que representa uma redução de R\$ 8 milhões em relação ao saldo de R\$ 22 milhões ao final do exercício do ano anterior, basicamente, em função de baixas de reservas sem pagamento. O lucro líquido apurado no exercício foi de R\$ 4.660 mil (R\$ 719 mil em 2009), o que representa um retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 17% em 2010 (3% em 2009), refletindo a eficiência na administração da carteira de negócios, a melhoria constante nos processos operacionais e a rígida gestão das despesas. O índice combinado foi de 91% (126% em 2009), demonstrando a evolução do resultado operacional da companhia.

Recursos Humanos

A Berkley entende que está no seu quadro de associados um de seus grandes diferenciais competitivos e por isso vem adotando modernas ferramentas de gestão de pessoas. Visando atender às necessidades do mercado e ao potencial de crescimento das operações, a Berkley investe permanentemente na formação e aperfeiçoamento de seus colaboradores, bem como na adequação de sua estrutura organizacional.

Governança Corporativa

A Berkley busca o constante desenvolvimento de controles internos e melhoria dos processos operacionais. A seguradora estabeleceu um comitê específico, constituído por executivos da companhia para acompanhar estes trabalhos.

Ouidoria

A Berkley instituiu o sistema de Ouvidoria, sob a responsabilidade de um diretor estatutário, para atuar, de forma independente, como um canal de comunicação com os clientes, corretores, tomadores e segurados, inclusive na mediação de conflitos. As formas de acesso à Ouvidoria encontram-se disponíveis em nosso site, www.berkley.com.br.

Futuro

A diretoria e os acionistas da Berkley mantêm suas expectativas quanto ao crescimento sustentável de suas operações no Brasil, bem como na continuidade dos investimentos previstos para o futuro. Todas as ações determinadas no plano estratégico estão sendo adotadas visando à melhoria contínua dos resultados nos próximos exercícios. Investimento nos profissionais e em tecnologia da informação; rígida política de subscrição; resultado com ganho de escala e com redução constante do percentual das despesas sobre os prêmios retidos; e melhoria constante da eficiência operacional, com foco na qualidade dos serviços oferecidos aos corretores e clientes, continuam sendo os pilares que sustentarão o futuro de nossa operação.

Declaração de Capacidade Financeira

Em atenção às normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, estão sendo associados à análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. A Berkley considera ter capacidade financeira e intenção de

manter os investimentos classificados na categoria "para negociação" e ajustados ao seu valor de mercado na data do balanço.

Normas e Legislação

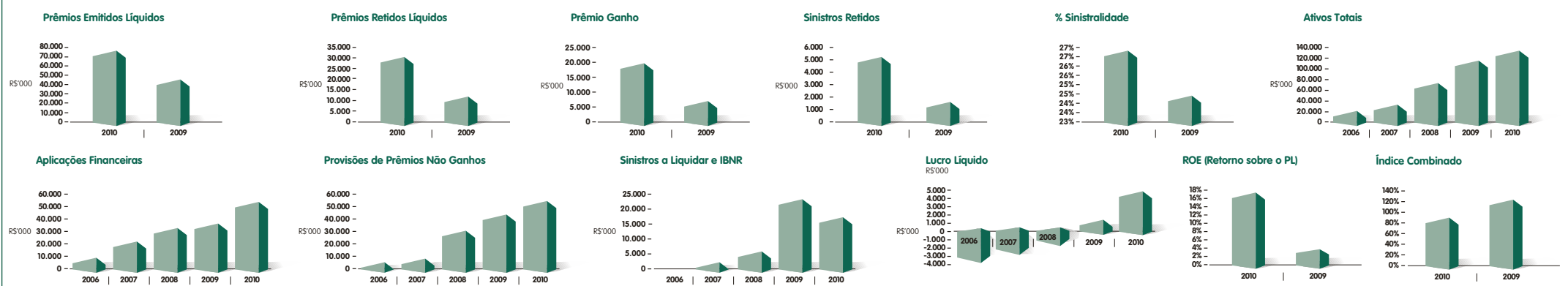
Em 06/12/2010, foram divulgadas diversas Resoluções do CNSP, sendo que as Resoluções 222, 227 e 228 que tratam das regras e procedimentos para cálculo do patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, e critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito, respectivamente. A Administração está avaliando os impactos das novas normas.

Agradecimentos

Aproveitamos para reiterar nossos agradecimentos aos senhores corretores, que constituem o único e exclusivo canal de distribuição de nossos produtos, ratificando nossa intenção de estreitar e aperfeiçoar, ainda mais, nossos relacionamentos. Agradecemos, ainda, as autoridades da SUSEP, Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização e todos os Sindicatos do mercado Segurador pela orientação e atenção que nos prestaram; aos nossos parceiros seguradores; aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e em especial aos nossos associados pela dedicação e colaboração prestadas durante este semestre.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2010 e 2009

ATIVO	2010	2009	2010	2009
Circulante	117.908	103.331	87.046	77.897
Disponível	1.157	4.537	5.233	2.597
Caixa e bancos	1.157	4.537	1.205	749
Aplicações	51.944	32.643	1.205	908
Títulos e créditos a receber	40.030	30.400	532	358
Quotas de fundos de investimentos	7.814	5.243	2.291	582
Créditos das operações com seguros e resseguros	31.809	35.461	26.978	21.038
Prêmios a receber	14.130	10.120	32	1.426
Operações com seguradoras	(5)	6	244	191
Operações com resseguradoras	18.108	25.570	18.172	11.381
(-) Provisão para riscos de crédito	(624)	(235)	1.917	1.692
Títulos e créditos a longo prazo	5.744	4.254	6.613	6.342
Depósitos e créditos a receber	544	53	433	908
Créditos tributários e previdenciários	2.033	312	54.402	53.354
Outros créditos	24	19	54.402	53.354
Outros valores e bens	21	-	39.712	30.828
Bens a venda	21	-	9.862	19.471
Despesas antecipadas	55	102	4.828	3.055
Administrativas	55	102	15.969	16.681
Despesas de comercialização diferidas	5.744	4.254	15.969	16.681
Seguros e resseguros	5.744	4.254	2.908	3.523
Despesas de resseguro diferidas	24.677	22.950	2.908	3.523
Prêmios de resseguro diferidos	24.677	22.950	13.061	13.158
Ativo não circulante	12.566	14.046	13.061	13.158
Realizável a longo prazo	10.683	12.250	13.061	13.158
Despesas de comercialização diferidas	1.676	1.434	27.459	22.799
Seguros e resseguros	1.676	1.434	29.523	29.523
Despesas de resseguro diferidas	9.007	10.816	(2.064)	(6.724)
Prêmios de resseguro diferidos	9.007	10.816		
Permanente	1.883	1.796		
Imobilizado	1.622	1.349		
Bens móveis	2.645	2.053		
(-) Depreciações	(1.023)	(704)		
Intangível	241	199		
Outros intangíveis	241	199		
Diferido	20	248		
Despesas organizacionais, implantação e organização	1.150	1.149		
(-) Amortização	(1.130)	(901)		
Total do ativo	130.474	117.377	130.474	117.377
PASSIVO				
Circulante				
Contas a pagar				
Obrigações a pagar				
Impostos e encargos sociais a recolher				
Encargos trabalhistas				
Impostos e contribuições				
Depósitos de operações com seguros e resseguros				
Prêmios a restituir				
Operações com seguradoras				
Operações com resseguradoras				
Corretores de seguros e resseguros				
Receitas de comercialização diferida				
Outros débitos operacionais				
Depósitos de terceiros				
Provisões técnicas - seguros e resseguros				
Ramos elementares e vida em grupo				
Provisão de prêmios não ganhos				
Sinistros a liquidar				
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados				
Passivo não circulante				
Exigível a longo prazo				
Débitos de operações com seguros e resseguros				
Receitas de comercialização diferida				
Provisões técnicas - seguros e resseguros				
Ramos elementares e vida em grupo				
Provisão de prêmios não ganhos				
Patrimônio líquido				
Capital social				
Prejuízos acumulados				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009	2010	2009
Prêmios emitidos líquidos	73.237	44.374
Prêmios resseguros cedidos	(44.306)	(31.503)
Prêmios retidos	28.931	12.871
Variação das provisões técnicas	(8.690)	(13.540)
Varição da PPNG - resseguro cedido	(260)	7.752
Prêmios ganhos	19.981	7.083
Sinistros retidos	(5.478)	(1.726)
Comercialização	2.572	3.493
Outras receitas e despesas operacionais	1.723	349
Despesas administrativas	(14.241)	(10.326)
Despesas com tributos	(1.807)	(683)
Resultado financeiro	4.960	3.564
(=) Resultado operacional	7.710	1.754
Resultado na venda de ativos não correntes	10	2
(=) Resultado antes dos impostos e participações	7.720	1.756
Imposto de renda	(1.254)	(293)
Contribuição social	(767)	(186)
Participação nos lucros e resultados	(1.039)	(558)
(=) Lucro líquido do exercício	4.660	719
Quantidade de ações	44.719,137	44.719,137
Lucro líquido por ação - R\$	0,10	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro e outras	72.300	48.789
Recuperações de sinistros e comissões	13.660	4.200
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)	70	-
Pagamentos de sinistros e comissões	(25.226)	(10.872)
Repagos de prêmios por cessão de riscos	(30.688)	(21.860)
Pagamentos de despesas e obrigações	(10.669)	(11.220)
Impostos e contribuições operacionais	19.447	9.037
Impostos e contribuições pagos:	(7.189)	(3.650)
Atividades operacionais:		
Aplicações	(32.880)	(25.063)
Vendas e resgates	25.610	20.172
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	4.988	(501)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(554)	(252)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(554)	(252)
Atividades de financiamento		
Aumentos de capital	-	3.933
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	3.933
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.434	4.182
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.537	355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.971	4.537
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	2.571	12.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009	2010	2009
Saldo em 31 de dezembro de 2008	24.622	7.443
Aumento de capital em aprovação	-	3.933
Aprovação aumento de capital	4.901	(4.901)
Lucro líquido do exercício	-	719
Saldo em 31 de dezembro de 2009	29.523	(6.724)
Lucro líquido do exercício	-	4.660
Saldo em 31 de dezembro de 2010	29.523	(2.064)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Berkley International do Brasil Seguros S.A. é uma subsidiária da Berkley International Argentina S.A., empresa que opera há mais de 10 anos na Argentina e tem por objetivo a comercialização de seguros garantia. O objetivo da Berkley International do Brasil Seguros S.A. consiste na exploração das operações de seguros dos ramos elementares, inicialmente focando esforços nos ramos de garantia, engenharia e transportes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei das sociedades por Ações, alterada pela Lei 11.638/07, bem como as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentados sob os critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 408, de 23 de agosto de 2010. A SUSEP, através da Circular nº 408/10 prevê que as entidades por ela supervisionadas passarão a elaborar as demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2011, com base nas práticas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que tenham sido por ela referendados, visando, desta forma, a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Administração, com base em análises efetuadas até o momento dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, entende que sua adoção em 2010 não resultará em efeitos significativos nos resultados ou no patrimônio líquido, mas não excluirá o maior volume de informações a serem divulgadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: **a) Apuração do resultado operacional:** Os prêmios de seguros e co-seguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em co-seguro e resseguro, são apropriados aos resultados quando da emissão das respectivas apólices e endossos de seguros e diferidos para apropriação em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pela constituição da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida. Comercialmente, o prêmio será parcelado no máximo em 7 parcelas, com o acréscimo de juros cobrado de acordo com as políticas internas. O repasse de resseguro segue o parcelamento da apólice. As operações de co-seguro aceito e de retrocessão são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e dos resseguradores, respectivamente. As despesas e receitas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado, no decorrer do prazo de vigência dos seguros. **b) Estimativas:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos a valor provável de realização ou recuperação, as provisões técnicas, as provisões para contingências, os impostos diferidos, as receitas de prêmios com conhecimento do risco após o decurso do período de cobertura, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de impressões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **c) Aplicações:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, nas seguintes categorias: **I.** Títulos para negociação; **II.** Títulos disponíveis para venda; e **III.** Títulos mantidos até o vencimento. As aplicações classificadas nas categorias "para negociação" e "disponíveis para venda" são ajustadas, na data do balanço, ao seu valor de mercado. Os títulos integrantes das categorias "disponível para venda" e "mantidos até o vencimento" são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo de acordo com seu vencimento. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras. **d) Créditos de operações com seguros:** Representam os valores contratados que se encontram pendentes de recebimento, em razão do parcelamento do prêmio, acrescidos dos respectivos juros, custo de apólice, imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e coberturas acessórias. Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são apropriados em prazo igual ao do parcelamento dos prêmios correspondentes. O saldo de resseguradores é composto basicamente pela comercialização de resseguro cedido. **e) Permanente:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelas seguintes taxas anuais: máquinas, móveis e utensílios 10%, e equipamentos de informática 20%. O ativo intangível refere-se às despesas pré-operacionais e benfiteiras. A amortização é calculada pelo método linear pelo prazo de cinco anos. **f) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A "Provisão de Prêmios Não Ganhos" é constituída pela parcela do prêmio retido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculado pelo método "pró-rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A "Provisão de Sinistros Ocorridos Mas não Avisados" é constituída para fazer face aos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, calculada de acordo com a intenção de negociação da Administração, nas seguintes categorias: **I.** Histórico dos sinistros avisados na seguradora para os ramos do grupoamento 7 (riscos financeiros) e circular SUSEP 283/2005 para os demais ramos. A "Provisão de Insuficiência de Prêmios" foi calculada de acordo com a resolução CNSP nº 162, de 26/12/2006, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181/2007. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foi calculada à constituição desta provisão. A Provisão Complementar de Prêmios ("PCP") é calculada "pró-rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diretamente no mês de constituição e a PPNG ou a RVNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando os sinistros vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. Os valores referentes à esta provisão em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e o respectivo efeito no resultado são inferiores a R\$ 1. A provisão para sinistros a liquidar é constituída com base nos valores recebidos dos segurados e considerada suficiente para fazer face aos compromissos futuros. **g) PIS e COFINS:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para o COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **h) Imposto de renda e contribuição social:** Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incide o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social à alíquota de 15%. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo pronunciamento NPC 22 - IBRACON. **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

*** Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por *impairment*, se o valor contabilizado no ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado do período. Através de testes realizados, não foi identificado a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

4. APLICAÇÕES EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
A seguir demonstramos a composição da carteira de investimentos por vencimento em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

Descrição	2010		2009	
	Custo contábil	Valor mercado	Custo contábil	Valor mercado
Ativo Circulante				
Títulos para negociação				
Títulos de renda fixa:				
Notas do Tesouro Nacional - Série B	11.465	11.502	7.633	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	5.401	5.320	-	-
Notas do Tesouro Nacional	27.219	27.208	22.767	-
Letras de Fundos de Investimentos	7.814	7.814	5.243	-
Total	51.899	51.844	35.643	

Descrição	2010				
	Sem vencimento/ 1 a 30 dias	61 a 120 dias	181 a 360 dias	Acima de 365 dias	Total
Ativo Circulante					
Títulos para negociação					
Títulos de renda fixa:					
Tesouro Nacional	5.080	7.016	15.112	-	27.208
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	11.502	11.502

—* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

Baseado na opinião de nossos advogados consideramos os valores provisionados suficientes para cobrir os riscos de perda.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES: Em dezembro de 2010 o Ministério da Fazenda, através do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, tornou público certas resoluções e circulares, e elencamos abaixo aquelas aplicáveis à Seguradora. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos da aplicação de tais resoluções e circulares, conforme segue: • Resolução CNSP nº 222, emitida em 6 de dezembro de 2010: institui regras e procedimentos para o

cálculo do patrimônio líquido ajustado exigido das entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Resolução CNSP nº 226, emitida em 06 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios para a realização de investimentos pelas sociedades seguradoras, resseguradores locais, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, em vigor a partir da data da sua publicação; • Resolução CNSP nº 227, emitida em 6 de dezembro de 2010: Dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre planos corretivo e de recuperação de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das

sociedades de capitalização e dos resseguradores locais; • Resolução CNSP nº 228, emitida em 6 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 410, emitida em 22 de dezembro de 2010: institui o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras e procedimentos para sua realização, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, em vigor na data da publicação; • Circular SUSEP nº 411, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre os critérios de apuração do capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras, em

vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 412, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre instruções complementares para plano corretivo de solvência e plano de recuperação de solvência, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 413, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre as instruções complementares necessárias ao cálculo do capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras e dos resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011; • Circular SUSEP nº 414, emitida em 22 de dezembro de 2010: dispõe sobre instruções complementares necessárias à execução das regras de cálculo do capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011.

DIRETORIA

José Bailone Júnior

Luiz Claudio de Gênova

Luciana Natividade Motta de Sousa

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Hermam Meneses da Silva - Contador CRC 1SP221525/O-8
Sérgio J. Leonardi - Atuário MIBA 411

PARECER ATUARIAL

Em cumprimento às disposições estabelecidas pela Resolução CNSP nº 135, de 11 de outubro de 2005 e Circular SUSEP nº 272, de 22 de outubro de 2004, foi procedida a avaliação atuarial dos planos de seguros operados pela **Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.**, no período de 01/01/2010 a 31/12/2010.

A Avaliação Atuarial das obrigações da Seguradora, originadas pelos contratos de seguros vigentes no período de análise, tiveram por base a comparação das provisões técnicas estimadas com aquelas constituídas e consignadas no Balanço Patrimonial em 31/12/2010. Concluiu-se, a partir dos resultados encontrados, que as provisões técnicas

consignadas no Balanço Patrimonial em 31/12/2010 são suficientes para suprir as obrigações assumidas pela Seguradora até o término do risco das apólices vigentes naquela data, não havendo necessidade de constituição da provisão de insuficiência de prêmios. Na avaliação não se constatou situações que comprometam ou venham a comprometer a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011

Sérgio J. Leonardi
Atuário MIBA 411

José Bailone Júnior
Diretor Técnico
Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da **Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial

e financeira da **Berkley Internacional do Brasil Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8-"S"-SP